

VI SEMINÁRIO

Programa de Pós-graduação em Planejamento
Urbano e Regional da Univap

OS ESPAÇOS PÚBLICOS ESPORTIVOS E A SUA APROPRIAÇÃO PELA POPULAÇÃO DA PERIFERIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP: UMA ANÁLISE DO DIREITO À CIDADE

Prof. Me. Dorival Cesare Junior (Doutorando em Planejamento Urbano e
Regional/UNIVAP).

Orientadoras: Profa. Dra. Lidiane Maria Maciel, Profa. Dra. Adriane Aparecida Moreira de
Souza

Introdução

Essa pesquisa busca entender os espaços públicos esportivos e a sua apropriação pela comunidade, através de políticas públicas e engajamento dos indivíduos, analisando a estruturação da cidade a partir das suas áreas periféricas, e a relação entre o cidadão e seus espaços públicos, considerando as práticas sócio espaciais cotidianas que neles se estabelecem enquanto representação dos diferentes usos da cidade. Pretende-se averiguar, se a população utiliza os equipamentos esportivos dispostos na periferia, entendidos, nesse estudo, como instrumento de inclusão social, esporte e lazer para população, que expressa redefinição constante dos espaços públicos enquanto expressão do processo de produção da cidade, das suas contradições, conflitos e reflexos. As periferias das cidades se tornam espaços recortados para a pesquisa por se entender que são esses espaços relegados ao esquecimento pelo poder público e negado o direito de exercício da cidadania. No entanto, a possibilidade

de um espaço público esportivo, onde o indivíduo tem algumas das suas necessidades atendidas, por meio de vivências lúdicas e sociais, adiciona a essa comunidade esperança de se sentir integrado dentro da sociedade. Para isso é importante a produção de espaço público que beneficie todo o município. Por meio de análise dos questionários e da literatura revisada, além da descrição e discussão dos mapas, gráfico e da conclusão da tese iremos buscar o resultado da tese.

O espaço público esportivo

O espaço não tem sido interpretado como uma variável importante na construção do lazer. As análises que buscam as expectativas dos sujeitos sociais no que se refere ao lazer e na formação dos agentes comunitários responsáveis pelo desdobramento dos processos. O lazer e educação, lazer e formação profissional e projetos culturais têm sido privilegiados. O espaço público, em especial o público para o lazer é uma variável interveniente com capacidade de constituir uma determinada cultura corporal com traços bastante singulares.

Sendo o espaço uma variável que se materializa de forma múltipla, a modalidade de lazer deve ser realizada nos espaços públicos com vistas à valorização da cultura esportiva. Esta predicação do espaço público é importante, pois ele não é a expressão apenas de uma cultura de valorização do esporte.

Entendemos espaços públicos esportivos como aqueles que possibilitam a execução de modalidades esportivas, de forma prioritária, cujo acesso se dê de forma livre. Este espaço compõe uma nova dinâmica territorial (JESUS, 1999).

Os espaços e os equipamentos públicos são necessários para que o lazer aconteça; considerando que a experiência de lazer se desenvolve no interior de espaços e equipamentos admitidos e aprovados ao seu desenvolvimento, e as atividades de lazer dependem e são sensivelmente aos ambientes onde acontecem.

A própria emergência do lazer no Brasil está relacionada à elaboração de programas e à construção de equipamentos específicos para a sua prática. (MARCELINO, 1983, 2000, 2006, DUMAZEDIER, 1999, MARCASSA, 2003).

Analisar a importância dos espaços públicos esportivos como instrumentos de políticas públicas, que buscam estimular os processos de reestruturação urbana, principalmente as das periferias com toda a sua carência, quando se pensa em educação, saúde e lazer.

Políticas Públicas

Identificar as políticas públicas como uma possibilidade de inclusão dos cidadãos na participação da gestão social, enfatizando a importância do eleitor não apenas para o voto, mas também para as escolhas dos serviços que serão oferecidos pelos gestores por meio da intersectorialidade. (SILVA, SANTOS & AVILA, 2013)

A intersectorialidade pode se apresentar, então, como uma das possibilidades de articulação entre os saberes e as ações, com vistas a construir resultados sinérgicos em situações complexas, alterando o impacto das políticas, tornando-as mais efetivas e ampliando sua capacidade de colaborar com a redução das desigualdades e com o bem-estar social. Além disso, pode contribuir com a construção de uma nova ação, que rompa as fronteiras das políticas isoladas. (BONALUME, 2010)

Políticas públicas correspondem à interferência do poder público na tentativa de destinar as verbas públicas para atendimento da população em um determinado campo social. Assim, todas as faixas de idade de população devem ter acesso às atividades esportivas e de lazer, portanto, disponibilizar a população o espaço patrimonial e natural existente é o objetivo de uma política pública de esporte e lazer (MARCELLINO, 1995).

Segundo Silva e Melo (2000)

Os estudos de políticas públicas, programa e projetos, devem focar de forma privilegiada o processo de implementação, já que este tem sido entendido como uma das dimensões cruciais, senão a variável central, para a explicação do insucesso dos governos em atingir os objetivos estabelecidos pelas políticas públicas. (SILVA E MELO, 2000).

Villarta (2004), acredita que para que uma gestão pública de lazer possa realmente atender aos anseios da população, incentivar a sociabilidade e permitir o desenvolvimento de uma plena cidadania de seus participantes, os gestores devem estar atentos não só a questão referente à formulação das políticas públicas, mas também as questões referentes à sua implementação, ou seja, após a formulação de uma política coerente com as reais necessidades de cada comunidade possam implementar com sucesso e alcançar o objetivo principal que é oferecer a todo cidadão a possibilidade de uma melhor qualidade de vida através de prática de atividades de lazer.

Segundo Fleury (2003), as políticas públicas além do objetivo de melhorar a capacidade do poder público em dar respostas às demandas sociais, são muito mais que um simples instrumento para possibilitar o acesso a espaços ou serviços, devendo servir como poderoso instrumento para forjar a sociedade que queremos criar, definindo condições de inclusão de cidadãos na comunidade, ou seja, incentivando a cidadania.

Ao analisar as formas de planejamento, pretende-se entender as transformações da cidade e se as políticas públicas emergentes, contribuem para o movimento de ajuste da cidade à globalização e como entender os espaços públicos esportivos como espaços políticos e, que diante de uma política de exclusão e apadrinhamento, ainda assim podem ser importantes como ferramenta de inclusão e sociabilização. (SÁNCHEZ, 1999).

Periferias

As metrópoles latino-americanas receberam a imigração massiva e viram crescer a classe trabalhadora, cuja presença se manifestou na formação de subúrbios populares, de moradias urbanas precárias, e nas diversas formas de lutas, às quais o Estado respondeu, nas décadas de setenta e oitenta, com programas de urbanização popular. Essa realidade expressava a convergência de uma modernização inconclusa, no sentido de ter integrado parcialmente as novas massas urbanas no mercado de trabalho, mas de modo muito limitado em termos da cidadania política e social. Tal processo, nos anos noventa, particularmente no Brasil, tende a aprofundar-se em razão das contradições entre a agenda externa da globalização e a perspectiva de democratização e de reconhecimento dos direitos da cidadania.

A periferia está atrelada também ao conceito de amenidades, característica do processo recente de segregação voluntária da classe mais abastada em loteamentos fechados, por exemplo, os quais vendem a ideia da relação direta com a natureza, áreas verdes, espaços de lazer e, sobretudo, a ideia da segurança. Essa tendência traduz a complexidade que se instaura, como se percebe em estudos recentes, na relação centro-periferia nas cidades médias, em que se torna iminente um processo de reestruturação urbana e da cidade por meio de novos empreendimentos como, por exemplo, os loteamentos fechados, ou então a implantação de shopping centers (SPOSITO, 2007).

O crescimento das favelas, o preconceito em relação ao imigrante como morador da cidade, as diversas ordens de gentrificação que expulsam os moradores mais pobres de áreas providas de toda infraestrutura, a inacessibilidade aos serviços urbanos, a produção de espaços obsoletos na cidade em áreas antigas industriais ou em áreas ocupadas por antigos conjuntos habitacionais e, ainda, a produção de vazios urbanos são reveladores da desumanização crescente que se faz presente na metrópole contemporânea. Por outro lado, as novas formas de marginalização adicionam-se a crescente degradação ambiental. Constrói-se onde não se deve ou se avança em recursos de diversas naturezas que deveriam ser preservados.

As diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O valor de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional (SANTOS, 1974).

O que se entende por cidadania nacional, tem sido como algo certo ou inequívoco, sendo analisado como uma definição tanto de inclusão quanto de exclusão, baseada no direito de nascimento em um lugar, ou de ancestralidade, como uma combinação de requisitos formais que criam as divisões de grupos sociais pela definição de critérios de afiliação e de uma substantiva distribuição de direitos e práticas para aqueles que são considerados membros. (HOLSTON, 2016)

Rechia (2003), as grandes cidades contemporâneas constituem-se em um denso espaço, com funções diversas, por meio das quais se estabelecem múltiplas práticas sociais. É nela que o indivíduo se reconhece dentro de uma tradição, que adquire uma identidade, individual e coletiva, se conhece e se constitui como um sujeito a dialogar com outro nos diversos tempos e espaços.

Segundo Luchiari, (1996), a importância dos espaços para compreensão da articulação e organização da sociedade. É possível compreender as relações sociais a partir da compreensão da constituição do espaço, suas formas de apropriação, suas transformações, os sentidos e significados a ele atribuídos. Torna-se necessário, então, a compreensão do que é esse termo “espaço”. Não é apenas um reflexo da sociedade nem um fato social apenas, mas um condicionante condicionado, tal como as demais estruturas sociais”. (LUCHIARI, 1996)

É possível afirmar que é a apropriação dos sujeitos nos espaços que lhe dão sentido e significado. Os espaços são reflexos dos acontecimentos, fenômenos, ações e relações realizadas pelos sujeitos que os planejam, constroem, e que se apropriam. Esta apropriação do espaço, faz com que este se transforme em lugar, preenchido por experiências e vivências relacionadas à dependência e liberdade. A apropriação do espaço e as relações sociais podem revelar sentidos e significados nas ações cotidianas. Em resumo, espaço e lugar são componentes básicos do mundo vivido. Assim, o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor (RECHIA; FRANÇA, 2006).

Tendo em vista, as dificuldades e preconceitos que a população da periferia enfrenta, a importância da apropriação do espaço público esportivos é relevante neste estudo. A possibilidade de um espaço onde o indivíduo tem algumas das suas necessidades atendidas por meio de vivências lúdicas e sociais, adiciona a essa comunidade a perspectiva de se sentir integrado dentro da sociedade.

Objeto de estudo

As políticas públicas e o seu potencial como agente transformador na comunidade, pensando na qualidade de vida.

Saber se realmente a comunidade se beneficia dos espaços públicos esportivos, ou se foram implantados por interesse político.

Se com uma política pública competente, estes espaços públicos esportivos, podem ser aproveitados pela população de maneira eficiente.

Objetivo

Geral

- Estudar e avaliar se a população está ou não se apropriando dos espaços públicos esportivos.

Específicos

- Analisar os princípios, e as diretrizes para a implementação dos espaços públicos esportivos

- Identificar o seu papel como instrumento de inclusão social, esporte e lazer para

população

- Verificar se a população da região no entorno dos espaços públicos esportivos está sendo atendida de maneira satisfatória.

Metodologia

É um estudo descritivo exploratório, com um componente quantitativo e um qualitativo, com pesquisa de campo nas regiões de São José dos Campos. Um Levantamento bibliográfico do Plano diretor do município de São José dos Campos e de avaliações das políticas públicas. Uma análise demográfica da cidade, por região com dados disponíveis na Secretaria de Planejamento da PMSJC; seguida do mapeamento dos espaços públicos esportivos no município de São José dos Campos, através do Google Maps. Será aplicado um questionário, com perguntas fechadas para os indivíduos participantes da pesquisa.

Conclusões iniciais

Analisar os resultados dos questionários com a literatura revisada, Descrição análise e discussão dos mapas, gráfico e os resultados, para verificar a eficiência dos espaços públicos esportivos em relação a apropriação destes espaços pelo munícipe e se estão distribuídos de maneira a alcançar o maior público interessado em utilizar estes espaços independente da condição sócio econômica do indivíduo e da região onde reside no município de São José dos Campos.

Referências

ANETE, B. L. I. **A periferia em debate: questões teóricas e de pesquisa**, Cad. CRH vol.23 no.58 Salvador. 2010.

BONALUME, C. R. **O paradigma da intersectorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer**. Ministério do Esporte. Brasília – DF – Brasil, 2010.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole: fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

FLEURY, S. Políticas sociais e democratização do poder local. In: VILARTA Roberto (ORG) **Qualidade de vida e políticas pública: Saúde, Lazer e atividade física**. Campinas: IPES Editorial, 2004.

HOLSTON J. **Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI**, Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg., Recife, V.18, N.2, p.191-204, maio -ago. 2016.

JESUS, G. M. **A geografia e os esportes: uma pequena agenda e amplos horizontes. Conexões: educação, esporte e lazer**. Campinas, v. 1, n. 2, p. 46-59, jun. 1999a.

LUCHIARI, M. T. **A categoria espaço na teoria social**. Revista Temáticas, Campinas, jan./jun. p. 191-238, 1996.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização**. Campinas, SP: Papirus, 1983.

MARCELLINO, N. C. **Políticas públicas de lazer**. Campinas: Alínea, 2008.

RECHIA, S. **Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SANTOS, M. **Time-Space Relations in the Underdeveloped World**. Department of Geography, University of Dar-es-Salaam. ed. mim.1974.

SILVA, D. S. SANTOS; MARCEL I. & AVILA, M. A. (2013). **Intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer no município de Ilhéus-Ba**. Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP. Campinas.

SPOSITO, M. E. B. **Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista**. In: Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. n. 245 (11), v. XI. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2007.

VILLARTA, R. (ORG.) **Qualidade de vida e políticas públicas: Saúde, lazer e atividade física**, Campinas IPES Editorial, 2004.